

Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração de resultado	5
Demonstração dos resultados abrangentes	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Contexto operacional - reestruturação societária

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual divulga que, em 6 de julho de 2022, foi firmado contrato de compra e venda de ações entre o Andorra Banc Agrícola Reig S.A. e a Credits Financial Solutions, LLC, para a transferência do controle acionário do Banco Andbank (Brasil) S.A. (“Banco”) e de sua controlada Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., incluindo planos de reestruturação societária envolvendo o Banco e a Distribuidora. O fechamento da referida operação de compra e venda está condicionado ao atendimento de outras condições estabelecidas no contrato entre as partes. Diante desse contexto, certas atividades de “private banking”, representadas pelas indicações de clientes locais para outras jurisdições do Grupo Andbank, foram migradas, em março de 2023, para a Distribuidora, ocasionando o reconhecimento de receitas de prestação de serviços de exportação integralmente advindas de partes relacionadas e despesas correspondentes a partir daquela data. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de outubro de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Luana de Melo Souza
Contadora
CRC nº 1 SP 292386/O-2

Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Balanco patrimonial em 30 de junho de 2025



(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Junho 2025	Passivo	Nota explicativa	Junho 2025
Disponibilidades	4	<u>655</u>	Outras obrigações		<u>658</u>
			Obrigações fiscais e previdenciárias correntes		23
Títulos e valores mobiliários		<u>505</u>	Diversos	8.a	635
Carteira própria	5	505			
Outros créditos	6	<u>3.059</u>	Patrimônio líquido		<u>3.588</u>
Diversos		3.059	Capital social	11	1.795
Outros valores e bens		<u>27</u>	Outros resultados abrangentes		-
Despesas antecipadas		27	Lucros Acumulados		1.793
Total do ativo		<u><u>4.246</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>4.246</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Demonstração do resultado



Para o semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por quota)

	Nota explicativa	Junho 2025
Receitas da intermediação financeira		39
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	39
Resultado da intermediação financeira		39
Outras receitas (despesas) operacionais		545
Despesas administrativas	12	(405)
Despesas tributárias	13	(91)
Outras receitas operacionais	14	1.051
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	(10)
Resultado operacional		584
Resultado antes da tributação sobre o lucro		584
Imposto de renda / Contribuição social	10	(166)
Lucro no semestre		418
Quantidade de quotas	11	179.493.002
Lucro por quota - R\$		0,0023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Demonstração do resultado abrangente



Para o semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	2025
Lucro no semestre	418
Ajuste de avaliação patrimonial de operações classificadas como Vjora	-
Resultado abrangente do semestre	<u>418</u>
Atribuível aos sócios cotistas da Empresa	418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido



Para o semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Outros resultados abrangentes	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025 (*)		1.795	-	1.375	3.170
Lucro líquido do semestre		-	-	418	418
Saldos em 30 de junho de 2025		1.795	-	1.793	3.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) os saldos em 31/12/2024 e 01/01/2025 tem o mesmo valor, não havendo impacto inicial na adoção da Resolução 4.966/21

Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto



Para o semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Junho 2025
Lucro no semestre		<u>418</u>
Ajustes para conciliar o resultado líquido do semestre		
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalência de caixa		32
Lucro ajustado		<u>450</u>
Variações de Ativos e Passivos		
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(93)
(Aumento) Redução em outros créditos		(752)
(Aumento) em outros valores e bens		(27)
Aumento em outras obrigações		693
Imposto de renda e contribuição social pagos		(206)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		<u>65</u>
Aumento de caixas e equivalentes de caixa		<u><u>65</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		622
Variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		(32)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4	655
Aumento de caixas e equivalentes de caixa		<u><u>65</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da quota)

1 Contexto operacional

A Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., anteriormente denominada L.L.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., (“Distribuidora”), tem como principal cotista o Banco Andbank Brasil S.A., e foi constituída em 03 de junho de 1991 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 31 de janeiro de 1992.

A Distribuidora é uma sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.179, 8º andar. Concentra suas operações na distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, na administração de carteiras, e opera no mercado acionário, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários por conta de terceiros. Possui como objeto social a prática de operações inerentes às distribuidoras de títulos e valores mobiliários, incluindo a compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a prática de operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e a prestação de serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais. Durante o terceiro trimestre de 2013, foi iniciada a atividade de intermediação de renda fixa via custódia própria.

Em 16 de dezembro de 2014, o Andorra Banc Agricol Reig adquiriu 100% das ações do Banco Andbank Brasil S.A. (“Banco”) com objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro. Com isso a Distribuidora passou a fazer parte do conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Em 06 de junho de 2016 o Banco adquiriu 99,99% das ações Andbank Financeira Ltda. (antiga controladora da Distribuidora).

Face à reorganização societária, em 15 de fevereiro de 2019, a Distribuidora incorporou sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., em decorrência da incorporação, a composição do capital social passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricol Reig S.A.

Em 06 de julho de 2022, Banco Andbank Brasil S.A. (“Banco Andbank”), Andbank DTVM Ltda. (“Andbank DTVM”), sua controladora, Andorra Banc Agricol Reig S.A. (“Andorra Banc”) e, do outro lado, Creditas Financial Solutions, LLC (“Creditas LLC”) firmaram contrato de compra e venda de ações.

Em 23 de julho de 2025, o Banco Central do Brasil comunicou a Administração do Banco Andbank, que em sessão realizada em 16 de julho de 2025, foi autorizada a transferência do controle societário para a Creditas Holding Financeira Ltda.

O fechamento da transferência de controle, ainda está condicionada as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações, representadas pela cisão parcial do Banco Andbank, na qual certos ativos e passivos serão vertidos para entidades pertencentes ao Grupo Andbank Brasil. O fechamento também está condicionado a aprovação final da Autoridade Financeira de Andorra (AFA - Autoritat Financera Andorrana), o qual havia concedido uma autorização prévia em 28 de outubro de 2022.

Em abril de 2025, a *Allfunds* e o Banco Andbank assinaram um memorando de entendimento para a aquisição, pela *Allfunds*, da Distribuidora, visando uma operação B2B de distribuição de fundos no mercado brasileiro.

A transação prevê a transferência da entidade, sem operações, mas contemplando parceria estratégica para atender os itens abaixo:

- uma plataforma de distribuição de fundos;
- equipe local experiente;
- acordo estratégico de longo prazo com o Andbank Brasil para utilizar a *Allfunds* como sua plataforma local de fundos;

Com essa operação, a *Allfunds* entra no mercado brasileiro como a primeira provedora independente de plataforma de fundos de terceiros, ao mesmo tempo em que fortalece sua relação com o Andbank.

A expectativa é que a transação seja assinada no segundo semestre de 2025 e concluída em 2026, sujeita às condições habituais do rito de aprovações do Banco Central do Brasil e da Autoridade Financeira de Andorra (AFA - Autoritat Financera Andorrana).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional no curso normal dos negócios da Distribuidora. O Controlador final do Grupo Andbank Brasil suporta o Grupo no Brasil com eventuais necessidades de aportes de capital e não há fatores relevantes que tragam incerteza quanto à continuidade dos negócios da Distribuidora.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e homologadas pelo Banco Central do Brasil, as normas aprovadas pelo CMN - Conselho Monetário Nacional e as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Distribuidora.

Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valores de mercado de títulos e valores mobiliários e depreciação do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Distribuidora revisa essas estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

A Distribuidora optou pela isenção facultada pela Resolução CMN nº 4966/21, de não apresentar informações comparativas com períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo a provisão para perdas com instrumentos financeiros ativos), nas demonstrações financeiras, referentes aos períodos do ano de 2025.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais mil, e foram aprovadas pela Diretoria em 22 de outubro de 2025.

3 Resumo das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1.1 *Apuração do resultado*

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e computados sobre os ativos e passivos indexados.

3.1.2 *Caixa e equivalentes de caixa*

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e/ou aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.1.3 *Instrumentos financeiros*

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966, a partir de 1º de janeiro de 2025, a Distribuidora passou a classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

Custo amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL): o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação depende de:

- (a) Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros;
- (b) As características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ)

Modelos de Negócios: Os Modelos de Negócios da Distribuidora representam a forma como os ativos financeiros são geridos, considerando os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; como os gestores do negócio são remunerados e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Teste SPPJ: Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPPJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

Mensuração de ativos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação, apurado conforme regulamentação vigente, no caso de recebíveis de contratos com clientes sem componente de financiamento significativo; ou pelo valor justo, apurado conforme regulamentação vigente, nos demais casos.

Custo amortizado: É valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, aplicando a metodologia de taxa efetiva de juros, deduzida eventual provisão para perda de crédito esperada.

Taxa efetiva de juros: Representa a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. A taxa efetiva de juros pode incluir os custos de origem atribuíveis individualmente à operação, bem como receitas adicionais previstas em contrato.

A mensuração a **valor justo** de títulos consiste na avaliação desses instrumentos com base nos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, considerando a data de mensuração. O preço cotado em um mercado ativo é reconhecido como a evidência mais confiável para a determinação do valor justo e deve ser utilizado sem ajustes, sempre que disponível. A classificação do valor justo é estruturada em três níveis hierárquicos, conforme descrito a seguir:

- Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem necessidade de ajustes ou estimativas adicionais.
- Nível 2: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares, ou valores obtidos por meio de métodos de avaliação, como o método de “Fluxo de Caixa Descontado”, em que todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis de mercado.

- Nível 3: Técnicas de avaliação em que os inputs significativos não são observáveis no mercado, exigindo estimativas e pressupostos baseados em informações disponíveis.

No caso específico dos títulos presentes na Distribuidora, estes estão classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo. Essa abordagem assegura maior confiabilidade e transparência na mensuração, uma vez que se baseia diretamente em dados de mercado observáveis e verificáveis.

3.2 **Imobilizado de uso**

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos – 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança – 20% ao ano.

3.3 **Intangível**

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações, calculadas pelo método linear de acordo com sua vida útil. O intangível é representado por aquisição de sistemas informatizados, sendo amortizado à alíquota de 20% ao ano.

3.4 **Impostos**

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15%), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observado que a Distribuidora possui créditos tributários não ativados de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais.

3.5 **Estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos semestres demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Distribuidora revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

3.6 **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do semestre. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

Não foi identificado qualquer evento na Distribuidora que justificasse provisão de perdas por *impairment* para os ativos não financeiros.

3.7 *Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

3.8 *Eventos subsequentes*

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

3.9 *Resultados não recorrentes*

A Resolução BACEN nº 2/20, dispõe sobre a divulgação de resultados não recorrentes, sendo eles considerados os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição e; não estejam previstos para ocorrerem com frequência nos exercícios futuros.

Não foram identificados resultados não recorrentes auferidos no semestre findo em 30 de junho de 2025.

3.10 *Alterações de normas contábeis*

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

CPC 00 - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21 e Resolução BCB nº 120/21;

CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;

CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;

CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;

CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;

CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
CPC 23 - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

CPC 24 - Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;

CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;

CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;

CPC 33 (R1) - Benefícios pagos a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20 e Resolução BCB nº 59/20;

CPC 41 - Resultado por ação – homologado pela Circular nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20. O Banco adotou a prerrogativa prevista no artigo 7º da referida circular, a qual confere a adesão opcional para instituições financeiras do segmento 4 (S4). Desta forma, o Banco não adotou este pronunciamento;

CPC 46 - Mensuração do valor justo – tema consolidado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

CPC 47 – Receita de contrato com cliente – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21. Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras da Distribuidora.

Resolução BCB nº 92/21 e Instruções Normativas BCB nº 426 a 433/24: Os eventos dos roteiros contábeis da Distribuidora foram adaptados de forma a registrar em conformidade com a nova estrutura, subgrupos e rubricas contábeis do elenco de contas do COSIF divulgadas por tais instruções.

Resolução CMN nº 4.975/21: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis aplicáveis às operações de arrendamento, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 16 – Arrendamentos (CPC 06). O novo modelo elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros para os arrendatários, exigindo o reconhecimento de ativos e passivos relacionados às operações de arrendamento, exceto nos casos de contratos de curto prazo ou de baixo valor, que podem ser excluídos do reconhecimento.

A Distribuidora optou por adotar a Resolução CMN nº 4.975/21 de forma prospectiva, aplicando as novas regras apenas aos contratos firmados ou renovados a partir de 1º de janeiro de 2025. Não são esperados impactos advindos da dessa nova norma.

Impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução, quando existentes, foram registrados no patrimônio líquido em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Abaixo, demonstramos a reconciliação do patrimônio líquido da Distribuidora e as reclassificações derivadas das alterações nas práticas contábeis:

Anterior à adoção da Res. CMN nº 4.966/21	Saldo em 31/12/2024	Efeitos da adoção		Saldo em 01/01/2025	Após a adoção da Res. CMN nº 4.966/21
		Reclassificações	Remensurações		
Disponibilidades	622	622	-	622	Disponibilidades – Custo Amortizado
TVM – para negociação	412	412	-	412	TVM – Mensurado VJORA
Outros créditos	2.307	2.307	-	2.307	Outros Créditos – Custo Amortizado
Outras obrigações	171	171	-	171	Outras obrigações – Custo Amortizado

4. Disponibilidades

As disponibilidades estão compostas da seguinte forma:

	Junho 2025
Disponibilidades em moeda nacional	439
Disponibilidades em moeda estrangeira (Nota 7)	216
Total	655

5. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2025, os títulos e valores mobiliários estavam assim compostos:

	Junho 2025			
	Valor contábil Bruto	Ajuste ao VJORA	Provisão para perda	Total
Valor justo por meio do resultado abrangente				
Carteira própria				
Certificado de Depósitos Bancários (*)	515	-	(10)	505
Total	515	-	(10)	505

(*) operação com liquidez diária a 99% do CDI

No semestre findo em 30 de junho de 2025 o resultado com títulos e valores mobiliários é de R\$ 39 (nota 7).

6. Outros créditos

	Junho 2025
Valores a receber - partes relacionadas (Nota 7) (a)	2.993
Ativo fiscal corrente	66
Total	3.059
Ativo circulante	3.059
Ativo não circulante	-

(a) Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria, conforme mencionado no contexto operacional, além de rateio de despesas administrativas.

7. Partes relacionadas

A Distribuidora possui como controladora direta o Banco Andbank Brasil S.A. e o Andorra Banc Agricol Reig S.A. Adicionalmente os cotistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas da Distribuidora por possuírem controle em conjunto sendo elas:

- Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.

São consideradas pessoas chave da Distribuidora sua diretoria executiva. A estrutura administrativa das empresas do grupo Andbank é compartilhada, dessa forma, esses administradores recebem uma remuneração global paga e registrada no Banco Andbank Brasil S.A., onde substancialmente suas atividades são dedicadas. No primeiro semestre de 2025 essa remuneração foi de R\$ 794.

A Distribuidora manteve no período saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, relativas a contratos de prestação de compartilhamento de custos administrativos, conforme apresentado no quadro a seguir:

Sociedades ligadas

	Junho 25	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
ANDBANK Corretora de Seguros de Vida Ltda.		
Valores a receber (i)	6	7
Valores a pagar (i)	(2)	(5)
ANDBANK Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.		
Valores a receber (i)	11	22
Valores a pagar (i)	(534)	(556)
Banco Andbank Brasil S.A		
Valores a receber (i)	583	615
Valores a pagar (i)	(9)	(12)
Depósito a prazo	515	39
Andorra Banc Agricol Reig S.A.		
Valores a receber (ii)	1.778	222
Depósito em moeda estrangeira	216	(36)
AndPrivate Wealth S.A. (Suíça)		
Valores a receber (ii)	6	5
Andbank Luxemburgo		
Valores a receber (ii)	102	313
Andbanc Advisory LLC (Miami)		
Valores a receber (ii)	483	466
Andbank Uruguai		
Valores a receber (ii)	5	4
Andbank Espanha		
Valores a receber (ii)	19	13
Total Depósito em moeda estrangeira	216	(36)
Total a receber - Outros créditos – Diversos (nota 6)	600	644
Total a pagar - Outras obrigações – Diversas	(545)	(573)
Total de contas a receber / receita de prestação de serviço (nota 6)	2.393	1.023
Total de despesa de comissão	-	-
Total de depósito a prazo	515	39

(i) Refere-se a rateio de despesas administrativas.

(ii) Refere-se a receita de prestação de serviço de exportação.

8. Outras obrigações

a. Diversos

	Junho 2025
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 7)	545
Comissões e corretagens a pagar	6
Serviços técnicos especializados	73
Fornecedores	11
Total	635
Passivo circulante	635

9. Provisões, passivos contingentes e obrigações legais

Em 30 de junho de 2025 não há provisão para passivos contingentes e obrigações legais.

Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

A Distribuidora possui contingência fiscal avaliada por nossos assessores jurídicos como perda possível, no valor de R\$ 1 em 30 de junho de 2025.

10. Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Junho 2025
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	584
Encargos (IR e CS) às alíquotas vigentes (nota 3.4)	(222)
(Adições) Exclusões Permanentes	(13)
Outras despesas não dedutíveis	(13)
(Adições) Exclusões Temporárias	(22)
Provisões para pagamentos	(22)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	(80)
Imposto de Renda e Contribuição Social do semestre	(166)
Imposto corrente	(166)
Imposto diferido	-

A Distribuidora possui créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2025 no valor de R\$ 19 de diferenças temporárias.

11. Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2025 o Capital Social está representado por 179.493.002 (cento e setenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e três mil e duas) quotas de R\$ 0,01 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas. A composição do capital social está distribuída por 99,9888% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0111% Andorra Banc Agricola Reig S.A

12. Despesas administrativas

	Junho 2025
Despesas de serviços do sistema financeiro	(41)
Despesas de serviços técnicos especializados	(62)
Despesas com aluguel	(7)
Despesas com serviços de terceiros	(8)
Despesas com comunicação	(57)
Despesas com folha de pagamento	(154)
Outras (i)	(76)
Total	<u>(405)</u>

(i) Inclui despesa com associação de classe no valor de R\$ 30

13. Despesas tributárias

	Junho 2025
Despesas de taxas CVM	(17)
Despesas com ISS	(69)
Despesas de PIS/COFINS	(2)
Outras despesas tributárias	(3)
Total	<u>(91)</u>

14. Outras receitas (despesas) operacionais

	Junho 2025
Prestação de serviços exportação (a)	1.308
Reversão (Provisão) de despesa com Comissão	60
Varição Cambial (a) / (b)	(317)
Total	<u>1.051</u>

- (a) Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria, conforme mencionado no contexto operacional em moeda estrangeira.
(b) Inclui variação cambial de prestação de serviço de exportação no montante de R\$(285).

15. Outras informações

Em 08 de Janeiro de 2015 a Andbank Distribuidora passou a fazer parte do conglomerado econômico onde o Banco Andbank Brasil S.A. é o líder e por decisão do Banco Central do Brasil, com base em atos estatutários, a Distribuidora foi dispensada de enviar as informações de limites operacionais, sendo de responsabilidade do Banco líder do conglomerado informar as posições consolidadas. Em 30 de junho de 2025, o índice de Basiléia do Banco (Prudencial) é de 14,58%.

	30/06/2025
Capital Principal antes das deduções	517.106
(-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais	(224.736)
Patrimônio de Referência (PR)	292.370
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	(131.976)
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	169.648

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2025, não prestou outros serviços a DTVM que não o de auditoria independente

16. Estrutura de gerenciamento Contínuo e Integrado de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Distribuidora considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Organização, alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte ao gerenciamento por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

- **Gerenciamento do risco operacional**

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas da Distribuidora aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17.

Para alocação de capital para o risco operacional a Distribuidora optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional, independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos em que houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos.

- **Gerenciamento do risco de mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Distribuidora. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial;
- Taxas de juros;
- Preços de ações;
- Preços de mercado (“commodities”).

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comitê de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

- **Gerenciamento do risco de crédito**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável.

O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e reportado mensalmente no Comitê de Riscos para conhecimento da Diretoria da Distribuidora.

- **Gerenciamento do risco de liquidez**

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da Distribuidora, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovada. O risco de liquidez é monitorado diariamente pelo acúmulo de ativos líquidos e de alta qualidade através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. O Colchão de liquidez do banco é composto basicamente, por títulos de livre movimentação e posições em caixa.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos – COAP, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- **Gestão de Capital**

O processo de gerenciamento de Capital da Distribuidora leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do conglomerado.

Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos – COAP assim como pelo Comitê de Riscos, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- **Divulgação das informações relativas à gestão de riscos**

As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do banco na internet (<https://www.andbank.com/brasil/governanca/>).

São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos:

- a) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito, do risco de liquidez, do risco de mercado e do risco operacional;
- b) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do capital
- c) Relatório de gerenciamento de riscos - Pilar 3;
- d) Formulário de referência; e
- e) Notas explicativas às demonstrações financeiras.

17. Ouvidoria

O componente organizacional encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN 4.860 de 23 outubro de 2020 e posteriores alterações.

18. Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

* * *